

TÍTULO DA OBRA: Além da publicação: proposta de modelo de avaliação de Planos de Dados Abertos com base em normativas federais

Avaliador 1:

O tema é tempestivo e necessário.

O título tem relação com a temática, entretanto, tem certa generalidade, não evidencia o escopo metodológico e normativo. A estratégia de usar um tom mais interpretativo pode ser atraente mas também pode diminuir a aderência acadêmica por ter múltiplas leituras. Sugere-se reformulação do título destacando o caráter analítico do modelo proposto e a vinculação às normativas federais que fundamentam a proposta.

O objetivo não corresponde integralmente ao resultado, lembrando que o estudo concentra-se na proposição de critérios sistematização de procedimentos documentais, sem análises empíricas. Sugere-se ajuste na redação do objetivo para alinhá-lo com o escopo real da pesquisa.

O referencial teórico contextualiza normativamente os Planos de Dados Abertos, limitado às diretrizes oficiais e instrumentos regulamentares. Poderia apresentar diálogo maior com literatura científica nacional e internacional sobre políticas de dados abertos, transparência pública, governança da informação e mecanismos de avaliação em contextos governamentais, poderia incluir inclusive textos de revistas brasileiras como a própria Encontros Bibli. Sugere-se a inclusão de referencial teórico de modelos de avaliação de políticas de dados abertos.

A metodologia é coerente com os objetivos e os documentos selecionados pertinentes, a delimitação metodológica poderia explicitar o escopo da análise e os critérios empregados para organizar a extração dos elementos normativos, as etapas operacionais e justificar a escolha por determinadas categorias e estruturas de classificação na construção dos quadros. Aliás, destaco que a utilização dos quadros ajudou muito na legibilidade e interpretação do texto. Sugere-se explicitação mais clara dos limites do procedimento adotado.

Os resultados refletem o percurso metodológico e sistematizam os critérios extraídos dos documentos analisados. Os quadros ajudam na apresentação do modelo mesmo sendo estritamente descritivos. Coerência com o objetivo proposto. Sugere-se que se deixe claro que se trata de uma proposição metodológica, e não de uma análise aplicada. Enfatizar como o modelo proposto contribui para o campo, seus limites e potencial uso.

Resposta:

Agradecemos à pessoa parecerista pelas observações e sugestões, que contribuíram de forma significativa para o aprimoramento do manuscrito. Em resposta aos apontamentos, foram realizadas revisões com o objetivo de evidenciar o escopo, o caráter metodológico da pesquisa e sua contribuição para o campo.

Inicialmente, o título foi reformulado para explicitar com maior precisão o caráter analítico da proposta e sua vinculação às normativas federais. A nova versão:

“Além da publicação: proposta de modelo de avaliação de planos de dados abertos com base em normativas federais” (em inglês, Beyond publication: proposed model for evaluating open data plans based on federal regulations) busca reduzir a generalidade anteriormente identificada, destacando de forma mais direta o escopo metodológico do estudo.

O objetivo da pesquisa também foi ajustado a fim de assegurar sua plena coerência com o conteúdo desenvolvido no artigo. Nesse sentido, passou-se a explicitar, ao longo da Introdução, dos Procedimentos Metodológicos e das Considerações Finais, que o estudo tem como finalidade propor um modelo de avaliação para Planos de Dados Abertos (PDAs), a partir da sistematização de critérios derivados de normativas federais. Essa reformulação buscou alinhar de maneira mais precisa o objetivo ao caráter propositivo da pesquisa.

No que se refere ao referencial teórico, foi incorporada uma nova seção intitulada “Dados Governamentais Abertos: entre transparência e avaliação”, com o intuito de ampliar o diálogo com a literatura científica nacional e internacional. Nessa seção, foram incluídas discussões relacionadas à temática dos dados governamentais abertos, buscando superar a limitação anteriormente apontada. A seção metodológica foi integralmente revisada para conferir maior rigor analítico e transparência aos procedimentos adotados. Foram explicitadas as etapas operacionais da pesquisa. Além disso, foram delimitados de forma mais clara o escopo da análise e os limites do procedimento metodológico, conforme sugerido pelo(a) parecerista.

Em relação aos resultados, foi reforçado que o estudo se configura como uma proposição metodológica, voltada à sistematização de critérios para avaliação de PDAs, não contemplando, neste momento, a aplicação empírica do modelo ou sua validação em estudos de caso. Esse esclarecimento foi inserido tanto na seção de resultados quanto nas considerações finais, com o intuito de evitar interpretações equivocadas quanto à natureza da pesquisa. Adicionalmente, incluiu-se a informação de que, em estudo complementar, o modelo foi aplicado na avaliação dos Planos de Dados Abertos dos Ministérios do Governo Federal, o que indica sua viabilidade de aplicação em contextos empíricos, ainda que tal etapa não constitua objeto do presente artigo.

Por fim, buscou-se explicitar de forma mais enfática a contribuição do estudo para o campo da Ciência da Informação, destacando que o modelo proposto oferece um instrumento estruturado para a análise de iniciativas de dados governamentais abertos, especialmente no que se refere à organização, padronização e avaliação dos PDAs. Ao sistematizar critérios fundamentados em normativas oficiais, o trabalho contribui para a operacionalização desses requisitos em abordagens metodológicas aplicáveis, ampliando as possibilidades de análise e acompanhamento dessas iniciativas no contexto da administração pública.

Avaliador 2:

O texto apresenta redação clara e compreensível. A estrutura do artigo está adequada e as seções estão bem organizadas. No geral, o manuscrito atende às normas da revista. Não foram identificados indícios de plágio no manuscrito. O manuscrito aborda um tema relevante para a Ciência da Informação ao propor critérios para avaliação de Planos de Dados Abertos no contexto da administração pública federal. A proposta de sistematização de critérios

avaliativos representa um esforço interessante de organização normativa e pode servir como instrumento de apoio a futuras pesquisas e análises institucionais. O modelo proposto parece derivar diretamente de requisitos normativos já estabelecidos nos documentos analisados, o que levanta a questão sobre em que medida o estudo constitui uma proposição metodológica original ou apenas uma sistematização de critérios já previstos na legislação. Recomenda-se explicitar com maior precisão que o modelo proposto consiste na sistematização analítica de critérios derivados de documentos normativos, contribuindo para sua operacionalização em estudos de avaliação de Planos de Dados Abertos.

O tema possui relevância para a Ciência da Informação, especialmente nas áreas de governança de dados, transparência pública e dados governamentais abertos. A proposta de um quadro de critérios avaliativos pode apoiar pesquisas empíricas e avaliações institucionais de PDAs. Entretanto, a originalidade científica do estudo ainda se apoia na sistematização normativa, sendo desejável para o escopo da revista que haja maior articulação com literatura acadêmica sobre avaliação de políticas de dados abertos e governança de dados. Esses elementos não aparecem no texto.

Assim, a contribuição científica ainda aparece limitada pelo fato de o artigo se concentrar predominantemente na reorganização de requisitos normativos existentes, sem explorar de maneira mais aprofundada discussões teóricas ou metodológicas já consolidadas na literatura sobre dados abertos, avaliação de políticas públicas ou governança informacional. Desse modo, recomenda-se ampliar o diálogo com estudos nacionais e internacionais sobre Open Government Data, avaliação de maturidade de dados abertos e frameworks de governança de dados. Esse aprofundamento ajudaria a fortalecer a fundamentação científica da proposta.

A metodologia é apresentada como pesquisa documental de abordagem qualitativa, baseada na análise de documentos normativos. Apesar de adequada ao objetivo do estudo, a descrição metodológica ainda carece de maior rigor analítico. Em particular: a) não fica completamente claro como os critérios foram extraídos dos documentos; b) não há explicitação de procedimentos de análise documental (por exemplo, categorização, análise de conteúdo, critérios de seleção); e c) o processo de construção das categorias analíticas não é detalhado. Para suprir essa lacuna, sugere-se explicitar melhor os procedimentos de análise utilizados para derivar os 26 critérios.

Uma sugestão de melhoria poderia ser a de explicar um procedimento em etapas, por exemplo:

Etapa 1 — Identificação das fontes normativas

- Decreto 8.777/2016
- Resolução CGINDA 3/2017
- Manual PDA 2020

Etapa 2 — Extração dos requisitos

- leitura integral dos documentos
- identificação dos dispositivos obrigatórios

Etapa 3 — Codificação

- agrupamento dos requisitos em categorias analíticas

Etapa 4 — Construção do modelo avaliativo

- definição de critérios
- formulação das perguntas norteadoras

Isso transformaria a metodologia em procedimento metodológico replicável, pois hoje ele parece mais uma compilação normativa.

A seção de resultados apresenta a proposta central do artigo: um modelo composto por 26 critérios para avaliação de PDAs, estruturado em quadros que indicam conteúdo obrigatório, fundamentação legal, perguntas norteadoras e formas de verificação. Entretanto, observa-se que o artigo: não aplica o modelo em um caso empírico e nem apresenta validação do instrumento proposto. A inclusão de um exemplo de aplicação piloto ou estudo exploratório seria muito bem-vindo, ainda que possa ser indicado como estudo futuro. De modo sintetizado, recomenda-se:

1. Explicitar no título ou subtítulo o contexto empírico (Poder Executivo Federal brasileiro), o que aumentaria a precisão do escopo do estudo.
2. Recomenda-se revisar a formulação apresentada no início da seção de Introdução, no trecho em que se afirma que “na Ciência da Informação, os dados configuram-se como objeto de estudo essencial”. Essa afirmação pode ser interpretada como uma generalização conceitual, uma vez que a literatura da área tradicionalmente distingue as noções de dado, informação e conhecimento. Sugere-se ajustar essa passagem para situar com maior precisão o papel dos dados no contexto dos processos informacionais estudados pela Ciência da Informação. Algo mais adequado seria: “No contexto contemporâneo da Ciência da Informação, a crescente produção de dados digitais amplia os desafios relacionados à organização, gestão e uso da informação.”
3. Aprimorar a fragilidade do referencial teórico, com baixa incorporação de literatura científica da área com autores que discutem sobre temas como Open Government Data, Data governance, Transparency and accountability e Information policy.
4. Aprimorar o detalhamento da descrição metodológica, que está pouco detalhada, especialmente quanto aos procedimentos de análise documental utilizados para derivar os critérios.
5. Se possível, seria importante um estudo empírico, mesmo que fosse um exemplo hipotético ilustrativo, para sanar a ausência de aplicação empírica ou validação da proposta, o que limita a demonstração da utilidade prática do modelo apresentado.

Diante desses aspectos, recomenda-se que o manuscrito passe por revisão substancial, especialmente no que se refere ao fortalecimento do referencial teórico e à explicitação dos procedimentos metodológicos. Para tanto, recomenda-se reduzir a descrição detalhada das seções e requisitos normativos dos PDAs, concentrada especialmente na seção 2 e em partes da seção metodológica. Essas descrições podem ser sintetizadas, uma vez que os elementos normativos já estão apresentados nos quadros do artigo. A redução desse conteúdo permitiria ampliar o diálogo com a literatura científica da área e fortalecer a fundamentação teórica e metodológica do estudo.

Resposta:

Agradecemos à pessoa parecerista pela leitura atenta e pelas considerações apresentadas, que contribuíram de forma relevante para o aprimoramento do

artigo. As observações foram fundamentais para o fortalecimento da fundamentação teórica e do rigor metodológico.

Em relação à observação sobre a originalidade da proposta, foi incorporado ao longo do artigo um esclarecimento mais preciso acerca da natureza do estudo, destacando que o modelo proposto consiste na sistematização de critérios derivados de documentos normativos, com o objetivo de operacionalizá-los em um instrumento metodológico voltado à avaliação de Planos de Dados Abertos. Essa explicitação foi reforçada especialmente na introdução, na seção de resultados e nas considerações finais, de modo a evidenciar que a contribuição do artigo reside não na criação de novos requisitos, mas na organização, estruturação e aplicabilidade analítica de critérios já existentes.

No que se refere ao referencial teórico, o artigo foi significativamente ampliado com a inclusão de uma nova seção dedicada à discussão de dados governamentais abertos, contemplando sua relação com transparência e formas de avaliação. Buscou-se, assim, estabelecer maior diálogo com a literatura científica. Essa ampliação visa superar a limitação anteriormente apontada, fortalecendo a base teórica e situando a proposta na Ciência da Informação.

A seção metodológica foi integralmente revisada com o objetivo de conferir maior rigor analítico e transparência aos procedimentos adotados. Foram explicitadas, de forma estruturada, as etapas da pesquisa, compreendendo: a identificação das fontes normativas, a leitura e extração dos requisitos, a codificação e agrupamento em categorias, a construção do modelo avaliativo e, por fim, a visualização dos dados. Também foram detalhados os procedimentos de análise documental utilizados, de modo a tornar o percurso metodológico mais claro e passível de replicação.

Em relação à seção de resultados, foi mantida a apresentação do modelo composto por 26 critérios, com o apoio dos quadros analíticos, mas com ajustes textuais que reforçam seu caráter de proposição metodológica. Conforme sugerido, foi incluído um esclarecimento explícito de que o artigo não contempla aplicação empírica ou validação do modelo neste momento. Adicionalmente, foi indicado que a aplicação do modelo foi realizada em estudo complementar, voltado à análise dos Planos de Dados Abertos dos Ministérios do Poder Executivo Federal, evidenciando sua viabilidade prática, ainda que essa etapa não constitua objeto do presente manuscrito.

Quanto à recomendação de explicitar o escopo empírico no título, a sugestão foi considerada na reformulação proposta, que passou a destacar com maior precisão a vinculação às normativas federais, contribuindo para delimitar o contexto de aplicação do modelo. No que se refere à observação sobre a formulação conceitual na introdução, o trecho mencionado foi revisado, de modo a evitar generalizações e alinhar a redação às distinções clássicas entre dado, informação e conhecimento.

Atendendo também à recomendação de aprimoramento do equilíbrio entre descrição normativa e discussão analítica, foram realizadas reduções em trechos descritivos, especialmente na parte que aborda o detalhamento das seções do Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos. Essa revisão permitiu ampliar o espaço dedicado à fundamentação teórica e ao detalhamento dos procedimentos metodológicos.

Por fim, reiteramos que as modificações realizadas buscam fortalecer a contribuição do estudo. Entendemos que esses ajustes ampliam o potencial de

aplicação do modelo, tanto em pesquisas futuras quanto em avaliações institucionais de iniciativas de dados governamentais abertos.